

PROJETO DE LEI N° , DE 2024
(Da Sra. ROSANGELA MORO)

Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para considerar de interesse público as informações relativas ao exercício de atividades representativas pelo cônjuge de Presidente da República, de Governador de Estado, de Governador do Distrito Federal e de Prefeito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para considerar de interesse público as informações relativas ao exercício de atividades representativas pelo cônjuge de Presidente da República, de Governador de Estado, de Governador do Distrito Federal e de Prefeito.

Art. 2º O art. 10 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10

.....

§ 4º São consideradas de interesse público as informações relativas ao exercício de atividades representativas pelo cônjuge de Presidente da República, de Governador de Estado, de Governador do Distrito Federal e de Prefeito.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



* C D 2 5 7 8 2 5 3 9 6 0 0 *

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem como objetivo aprimorar a transparência e o controle social sobre o exercício de atividades representativas pelos cônjuges de Presidente da República, de Governador de Estado, de Governador do Distrito Federal e de Prefeito, alterando a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), para considerar tais informações de interesse público.

A função pública exercida por essas autoridades tem impacto direto na administração e nas decisões que afetam toda a sociedade. Nesse contexto, é inegável que o cônjuge do chefe do Poder Executivo, ao desempenhar atividades representativas, muitas vezes o faz em caráter oficial ou oficioso, utilizando recursos públicos e interagindo com órgãos governamentais, entidades privadas e sociedade civil. Dessa forma, a transparência dessas atividades é essencial para garantir o controle democrático, evitar conflitos de interesse e assegurar a integridade na gestão da coisa pública.

A alteração proposta alinha-se ao princípio da publicidade previsto no artigo 37 da Constituição Federal, que rege a administração pública e estabelece a transparência como um dever fundamental do Estado. Além disso, atende ao interesse legítimo da sociedade de conhecer e fiscalizar atos que possam ter repercussões na esfera pública, especialmente quando envolvem eventuais benefícios indiretos ou influência política.

O acesso a essas informações permitirá que os cidadãos e a imprensa possam avaliar a natureza, a frequência e os custos das atividades desempenhadas pelo cônjuge do chefe do Executivo, garantindo que sua atuação seja compatível com os princípios da moralidade, imparcialidade e eficiência.



* C D 2 5 7 8 2 5 3 9 6 0 0 *

Diante do exposto, apresentamos esta proposição legislativa como uma medida necessária para reforçar a transparência, fortalecer o controle social e contribuir para a efetivação do Estado Democrático de Direito. Contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto, em benefício do interesse público do país e da boa governança.

Sala das Sessões, em 1º de fevereiro de 2025.

ROSANGELA MORO
Deputada Federal - UNÃO/SP



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257825399600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rosangela Moro e outros





Projeto de Lei (Da Sra. Rosangela Moro)

Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para considerar de interesse público as informações relativas ao exercício de atividades representativas pelo cônjuge de Presidente da República, de Governador de Estado, de Governador do Distrito Federal e de Prefeito.

Assinaram eletronicamente o documento CD257825399600, nesta ordem:

- 1 Dep. Rosangela Moro (UNIÃO/SP)
- 2 Dep. Alberto Fraga (PL/DF)
- 3 Dep. Coronel Chrisóstomo (PL/RO)
- 4 Dep. Jefferson Campos (PL/SP)
- 5 Dep. Delegado Caveira (PL/PA)
- 6 Dep. Sargento Fahur (PSD/PR)
- 7 Dep. Luiz Lima (PL/RJ)
- 8 Dep. Gustavo Gayer (PL/GO)
- 9 Dep. Filipe Martins (PL/TO)
- 10 Dep. General Girão (PL/RN)
- 11 Dep. Alfredo Gaspar (UNIÃO/AL)
- 12 Dep. Franciane Bayer (REPUBLIC/RS)
- 13 Dep. Maurício Carvalho (UNIÃO/RO)
- 14 Dep. Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO/MG)
- 15 Dep. Evair Vieira de Melo (PP/ES)
- 16 Dep. Dayany Bittencourt (UNIÃO/CE)
- 17 Dep. Kim Kataguiri (UNIÃO/SP)
- 18 Dep. Mauricio Marcon (PODE/RS)
- 19 Dep. Capitão Augusto (PL/SP)
- 20 Dep. Marcelo Moraes (PL/RS)
- 21 Dep. Roberta Roma (PL/BA)



- 22 Dep. Coronel Ulysses (UNIÃO/AC)
- 23 Dep. Mario Frias (PL/SP)
- 24 Dep. Pedro Westphalen (PP/RS)

